

Pelo menos 5.656 policiais e bombeiros estão longe dos quartéis, das delegacias e das ruas. A baixa é fruto da burocracia das corporações, cessão a outros órgãos e licenças

Desfalque no policiamento

FABÍOLA GÓIS E
RENATO ALVES

DA EQUIPE DO CORREIO

Um em cada cinco bombeiros, policiais militares e civis que prestaram concurso público, assumiram a vaga e estão na ativa, não exerce a função para qual estudou e foi treinado. Pelo menos 21,18% do efetivo das três forças de segurança pública do Distrito Federal estão fora das corporações. São 5.656 homens e mulheres que deixam de fazer a atividade-fim — investigar, fazer policiamento preventivo, combater incêndios, entre outros — para trabalhar na burocracia de órgãos do governo local, federal, judiciário, entre outros.

A quantidade de agentes de segurança fora das ruas é ainda maior porque desse índice estão excluídos PMs e bombeiros lotados em quartéis mas que não fazem policiamento, inspeções ou ações contra incêndios. Eles cuidam da papelada das corporações ou trabalham como assessores de oficiais. Alguns fazem a limpeza e segurança interna das unidades, pois a PM e o Corpo de Bombeiros — diferentemente das polícias Civil do DF e Federal, por exemplo — não têm contratos com firmas particulares para tais serviços.

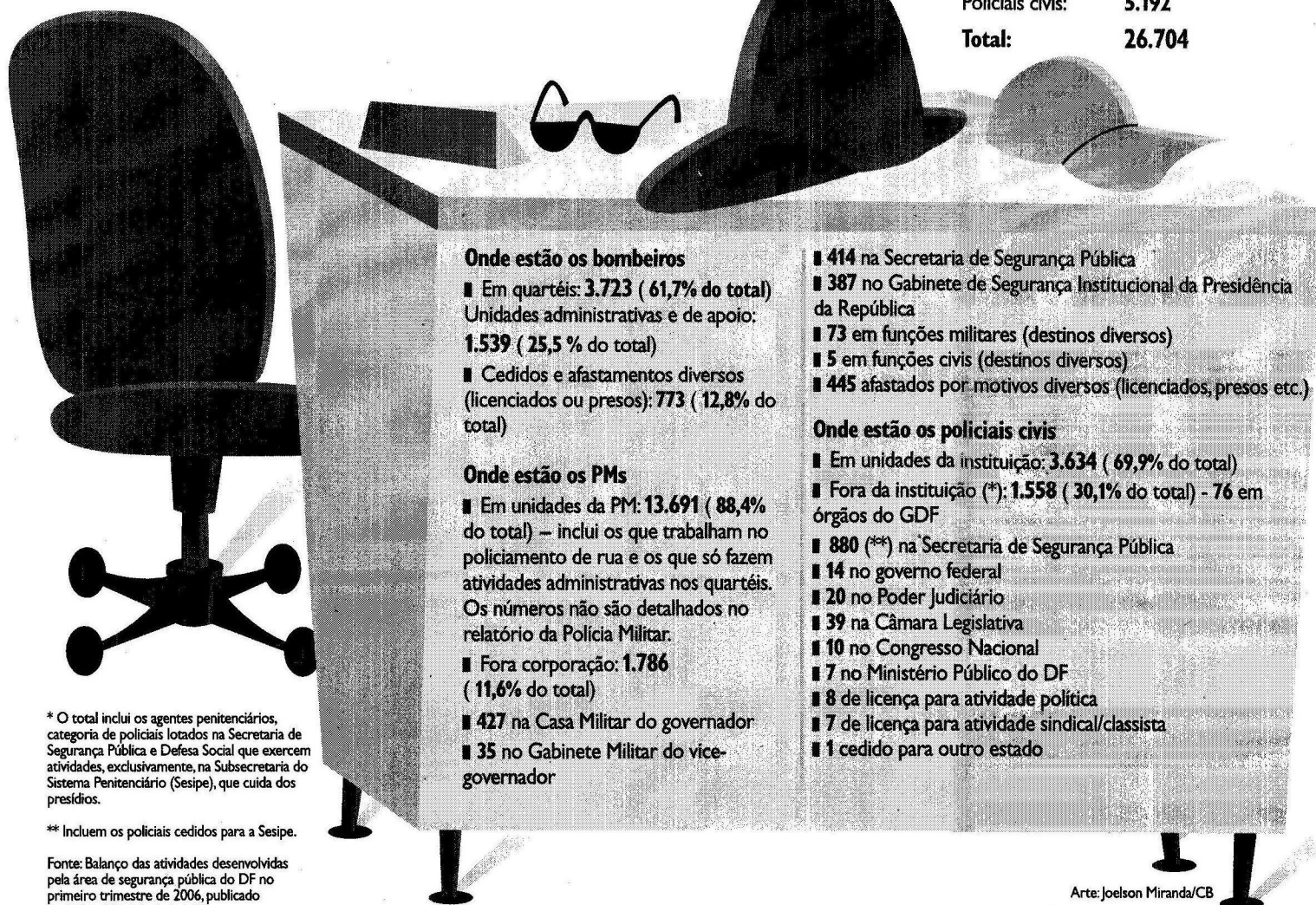
Os dados foram publicados no Diário Oficial de 6 de julho (veja quadro) e fazem parte do relatório das atividades realizadas pela Secretaria de Segurança Pública no primeiro trimestre de 2006. Mas o balanço não detalha os quadros dos quartéis da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Não mostra quantos efetivamente estão nas escalas de policiamento ostensivo — no caso da PM — e o número de bombeiros designados para as ações operacionais. Nem a quantidade de militares que trabalham apenas com a burocracia nos quartéis.

Distribuição

A Polícia Militar tem 15.477 oficiais e praças, sendo que 1.786 (11,6% do total) estão longe dos quartéis. Só no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República há 387 homens e mulheres. Na Casa Militar do governo local, são mais 427, e 35 no Gabinete Militar da vice-governadoria. Também é significativo o número de PMs presos ou licenciados por problemas médicos: 445 — o relató-

FORA DA FUNÇÃO

Pelo menos 21,18% do efetivo das três forças de segurança pública do DF está fora das corporações. São 5.656 bombeiros, policiais civis e militares que deixam de fazer a atividade-fim — investigar, fazer policiamento preventivo, combater incêndios, entre outros — para trabalhar na burocracia de órgãos do governo local, federal, judiciário, entre outros.



Efetivos

Bombeiros:	6.035
Policiais militares:	15.477
Policiais civis:	5.192
Total:	26.704

rio não separa os que estão atrás das grades dos doentes.

No Corpo de Bombeiros Militar, a proporção de militares fora da corporação é ainda maior (25,5%). Dos 6.035 profissionais, 1.539 estão cedidos a outros órgãos ou “em situações diversas”, segundo o balanço da Secretaria de Segurança Pública. Há ainda militares desviados de função de forma totalmente ilegal, segundo o Tribunal de Justiça do DF. Eles estão nos presídios, cuidando de detentos, o que vai contra a Constituição Brasileira, que impede os agentes de segurança que prendem de vigiar, punir, educar infratores.

Trabalham como agentes penitenciários 320 PMs e bombeiros. Em novembro do ano passado, a Justiça local considerou a atividade desvio de função. Para suprir a carência de funcioná-

rios nos presídios, o governo do DF prorrogou por mais um ano o trabalho, até que seja realizado concurso público para contratação de 800 agentes penitenciários. Há PMs e bombeiros exercendo função de chefia nas unidades prisionais. Eles ganham R\$ 1 mil de gratificação.

A Polícia Civil do DF nunca teve tantos delegados, agentes, escrivães e peritos. A instituição conta com 5.192 policiais. Desse, 3.634 (69,9% do total) atenderam 37.708 ocorrências criminais nos três primeiros meses de 2006. O restante (30,1%) está em outros órgãos. A Câmara Legislativa do DF tem 39 policiais civis à sua disposição. Eles trabalham na segurança da instituição e também como assessores dos deputados distritais. O Tribunal de Justiça do DF abriga outros 20, que também fa-

zem vigilância interna. Detalhes: os dois órgãos têm carreira própria de segurança.

Doenças

O empréstimo para essas áreas é criticado por quem é especialista no assunto. O professor George Felipe Dantas, coordenador do Núcleo de Estudos em Defesa da Segurança e Ordem Pública do Uni-DF, diz que a cessão desses profissionais para outros órgãos responde apenas a uma parte do percentual total de afastamentos da atividade-fim. “O que resta por contabilizar se divide em diferentes afastamentos internos. Boa parte deles em situações médicas, inclusive de origem psicossomática, englobando doenças laborais que vão desde cardiopatias a distúrbios posturais e psiquiátricos, fruto de uma atividade cujo desgaste é pouco

conhecido da sociedade”, observa.

Oficial reformado da PMDF, Dantas afirma que as policlínicas do Corpo de Bombeiros, das polícias Civil e Militar sofrem de problemas crônicos de falta de recursos. “Tais profissionais dependem de convênios irregulares onde a tônica é o atendimento de emergência e não o preventivo”, ressalta. Para ele, os desvios para a atividade prisional merecem cuidados especiais porque refletem uma situação-limite da capacidade operacional, não só do DF como do restante do país. “O sistema prisional do DF pode ser considerado exemplar pelos resultados que apresenta em termos de disciplina e contenção das frequentes rebeliões que ocorrem no restante do país. Aumentos de efetivo nesta área são mais do que necessários e justificados.”